

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **WILLIAM ANTONIO MIRANDA SILVA**

**A participação militar brasileira no Haiti e a sua influência para a
inserção do Brasil no cenário internacional**



Rio de Janeiro
2018

Maj Inf **WILLIAM** ANTONIO MIRANDA SILVA

**A participação militar brasileira no Haiti e a sua influência para a
inserção do Brasil no cenário internacional**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares.

Orientador: TC QMB CÉSAR **JACKSON** SILVA SOUSA

Rio de Janeiro

2018

S586p Silva, William Antonio Miranda

A participação militar brasileira no Haiti e a sua influencia para a inserção do Brasil no cenário internacional / William Antonio Miranda Silva . — 2018.

53 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: César Jackson Silva Sousa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 49-53.

1. A PARTICIPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO HAITI E SUA INFLUENCIA PARA A INSERÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL. 2.CIENCIAS MILITARES. 3.ESTUDO DA PAZ E DA GUERRA. I. Título

Maj Inf **WILLIAM** ANTONIO MIRANDA SILVA

**A participação militar brasileira no Haiti e a sua influência para a
inserção do Brasil no cenário internacional**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em de de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

CÉSAR JACKSON SILVA SOUSA - Ten Cel QMB - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RODRIGO KLUGE VILLANI – Ten Cel Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

LUIZ EDUARDO SANTOS CERÁVOLO – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Rosangela e a minha
filha Ana Júlia. Uma singela homenagem
pela compreensão demonstrada durante
a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Tenente-Coronel César Jackson Silva Sousa pela confiança evidenciada por ocasião da realização deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Sylvio de Sousa Ferreira pela inestimável colaboração prestada por ocasião da confecção deste trabalho.

Aos meus pais, Antonio Neres da Silva e Uzeli Maria Costa de Miranda Silva, pela educação que me proporcionaram durante toda a minha vida e que permitiu a realização deste trabalho.

“A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar” (Sun Tzu)

RESUMO

A presente pesquisa, enquadrada na linha dos “estudos da guerra e da paz”, tem como objetivos analisar a participação militar brasileira no Haiti e a sua influência para a inserção do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, o presente estudo pretende discutir as relações entre os componentes militar e político do Poder Nacional, bem como expandir o conhecimento sobre os assuntos do campo das ciências militares. Em alinhamento com o atual momento que o país e as Forças Armadas brasileiras (FFAA) estão inseridos, este trabalho pretende contribuir, também, para a participação do Brasil em novas missões de paz, particularmente por meio do emprego de tropa no continente africano, e para a busca de um melhor posicionamento do país no cenário internacional. Para tanto, esse trabalho será desenvolvida por intermédio de pesquisas e de experiências colhidas durante a participação das FFAA na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Inicialmente, será realizada uma apresentação do atual cenário internacional com ênfase na Política Externa Brasileira e nas ações voltadas para a Defesa Nacional. Em um segundo momento, será apresentado um histórico da participação do Brasil no Haiti com destaque para as ações relativas à desmobilização da tropa nas dimensões humana e material. Ademais, no contexto da participação brasileira na MINUSTAH, será analisada a interação das FFAA brasileiras com atores internacionais e nacionais, tais como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), o governo haitiano, a embaixada brasileira no Haiti, bem como os ministérios brasileiros da Defesa, das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, da Justiça por meio da Receita Federal. Ainda, produzir conhecimento de vanguarda sobre a Operação de Desmobilização do Exército Brasileiro em Operações de Paz sob a égide da ONU. Por fim, relacionar a participação militar brasileira no Haiti com a inserção do Brasil no cenário internacional.

Palavras-chave: Forças Armadas do Brasil, Haiti, Política Externa Brasileira e Operações Internacionais.

RESUME

This research, which is part of the "studies of war and peace", aims to analyze the Brazilian military participation in Haiti and its influence for the insertion of Brazil in the international scenario. In this sense, the present study intends to discuss the relations between the military and political components of the National Power, as well as to expand the knowledge on the subjects of the field of the military sciences. In line with the current situation of the country and the Brazilian Armed Forces (FFAA), this work is also intended to contribute to Brazil's participation in new peace missions, particularly through the use of troops on the African continent. to seek a better positioning of the country in the international scenario. To this end, this work will be carried out through research and experiences gathered during the participation of the armed forces in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). Initially, a presentation of the current international scenario will be made, with emphasis on the Brazilian Foreign Policy and actions directed to the National Defense. In a second moment, a history of Brazil's participation in Haiti will be presented, highlighting the actions related to the demobilization of the troops in the human and material dimensions. In addition, in the context of the Brazilian participation in MINUSTAH, the interaction of the Brazilian Armed Forces with international and national actors, such as the United Nations (UN), the Haitian government, the Brazilian embassy in Haiti, as well as the Brazilian ministries Defense, Foreign Affairs, Industry and Commerce, Justice through the Federal Revenue. Also, produce cutting-edge knowledge on the Brazilian Army's Demobilization Operation in Peace Operations under the aegis of the UN. Finally, to relate the Brazilian military participation in Haiti with the insertion of Brazil in the international scenario.

Keywords: Brazilian Armed Forces, Haiti, Brazilian Foreign Policy and International Operations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 O BRASIL E SUA INSERÇÃO NO ATUAL CENÁRIO INTERNACIONAL.....	16
2.2 A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS.....	19
2.3 O HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO HAITI.....	21
2.3.1 O preparo do Contingente Brasileiro no Haiti.....	23
2.3.2 O emprego do Contingente Brasileiro no Haiti.....	25
2.3.3 A desmobilização do Contingente Brasileiro no Haiti.....	27
2.3.3.1 A desmobilização na dimensão humana.....	27
2.3.3.2 A desmobilização do material.....	28
2.3.3.3 A produção de conhecimento de vanguarda sobre Operação de Desmobilização para as Forças Armadas brasileiras.....	40
2.4 A INTERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA COM ATORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DURANTE A MINUSTAH.....	41
2.4.1 As Forças Armadas brasileira na MINUSTAH e sua interação com atores nacionais.....	41
2.4.2 As Forças Armadas brasileira na MINUSTAH e a sua interação com atores internacionais.....	44
3. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	45
3.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	45
3.1.1 Métodos de pesquisa.....	45
3.1.2 Coleta de dados.....	46
4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a experiência militar brasileira no Haiti e a inserção do Brasil no cenário internacional chama a atenção para o que pode ser extraído dessa análise, já que existe uma possível dependência entre as expressões militar e política do poder nacional. Nesse sentido, é relevante descobrir em que medida essa interação se estabeleceu e quais os seus possíveis reflexos.

O Brasil, país localizado na porção centro-leste da América do Sul, enviou contingente de suas Forças Armadas em socorro ao país amigo Haiti que se encontra localizado na ilha de São Domingos na América Central. Esse apoio brasileiro ocorreu entre os anos 2004 e 2017, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

Exército Brasileiro: Braço Forte, Mão Amiga. Esse lema, amplamente difundido nacionalmente, foi posto em prática também no cenário internacional, por meio da participação das Forças Armadas (FFAA) do Brasil na MINUSTAH. Desde 2004, com o desdobramento da tropa em solo haitiano, os militares brasileiros foram capazes de equilibrar o emprego do Braço Forte com a necessária Mão Amiga, em auxílio ao país irmão assolado por instabilidade política e por eventos naturais de grandes proporções. Após 13 (treze) anos de missão e com a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de terminar a MINUSTAH, o Brasil se retirou daquela nação caribenha deixando um importante legado que foi além do emprego de natureza militar, transformando a missão do Haiti em um caso paradigmático perante à ONU.

Nesse contexto, o desempenho brasileiro na MINUSTAH favoreceu a solicitação da ONU para o emprego das FFAA do Brasil em outras partes do mundo, particularmente no continente africano. Em matéria publicada no jornal o Estadão, de 17 de novembro de 2017, a jornalista Cláudia Trevisan, correspondente em Washington, escreveu que o Brasil enviaria mil soldados a missão na República Centro Africana (RCA), segundo informações dadas pelo Ministro de Estado da Defesa Raul Jungmann (TREVISAN, 2017).

A confirmação desse cenário configuraria a participação do país em assuntos relevantes da agenda internacional, como partícipe e coautor de decisões colegiadas de organismos internacionais, ocupando um espaço na cena internacional destinado aos Estados capazes de oferecerem soluções para

problemas crônicos da atualidade, explicitados por conflitos de diversas intensidades.

Ademais, o possível aumento da presença militar brasileira no continente africano se somaria a presença atual de representantes de Estado e de empresas nacionais, tais como as embaixadas do Brasil espalhadas pelo continente, bem como empresas de grande envergadura econômica. Essa soma de forças, se coordenada, tem o potencial de inserir de maneira vantajosa o país na África, alargando a inserção brasileira no mundo.

Entretanto, o envio de tropas brasileiras para a República Centro Africana não ocorrerá. Dentre os motivos para não participação brasileira, a falta de recursos orçamentários foi o principal óbice apontado pelas autoridades brasileiras para a desistência do convite feito pela ONU (GÓES, 2018).

A relação entre o emprego das FFAA de um país em determinada operação de paz e sua melhor colocação na cena internacional resulta em um quadro analítico com resultados cujas variáveis podem ser específicas ou universais.

O Brasil é o quinto maior país do planeta em tamanho, com uma extensão territorial de 8.515.767 Km². A sua população possui mais de 200 milhões de habitantes que lhe confere o efetivo de cerca de 370 mil militares. Esses números superlativos já colocam o país numa posição de destaque no cenário mundial.

Nesse contexto, a participação militar brasileira no Haiti demonstra capacidades das FFAA coerente com o seu status. Possivelmente, há uma relação entre a atuação do Brasil na MINUSTAH e a inserção do país no cenário internacional.

O presente trabalho procurará estabelecer em que medida a participação das FFAA brasileiras em operações de paz, particularmente utilizando o caso Haiti como ponto de observação, influenciaria o melhor posicionamento do país na ordem mundial, particularmente no continente africano.

1.1 O PROBLEMA

A fim de prover a necessária sustentação ao presente trabalho, os fundamentos definidos pelo paradigma do Realismo e do Idealismo serão aplicados nesse esforço, por entender que nas Relações Internacionais (RI) brasileiras há uma

mescla entre os pressupostos dessas escolas. Portanto, fundamentado pelos conceitos definidos pelas Tradições Teóricas Hobbesiana e Kantiana e permeando assuntos relativos à Política Externa e às Ciências Militares, esse projeto buscará alcançar seus objetivos utilizando uma farta e consagrada bibliografia.

Atualmente, o cenário internacional é marcado pela busca do poder e pela assimetria entre os Estados. Nesse contexto, as FFAA ocupam uma posição de destaque na medida em que detém, em última instância, o uso da força para a busca dos Objetivos Nacionais (ON). Portanto, dispor de instituições militares eficientes e modernas, aptas a se adaptarem as mutações características do atual ordenamento internacional representa uma vantagem na competição por espaço na conjuntura internacional.

Nesse contexto e particularizando o emprego das FFAA em operações internacionais, centros de excelência ganham relevo e importância. Dessa forma, o Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB), certificado por Organismos Internacionais (OI) e caracterizado pelo dinamismo em incorporar práticas atuais a fim de oferecer a adequada preparação ao profissional habilitado em participar de Operações de Paz, configura-se como fonte de poder e um fator agregador capaz de inserir o país em situação vantajosa no concerto das nações.

É por meio de excelente centro de treinamento para missões de paz no Rio, o CCOPAB, que o Brasil continua a compartilhar lições com o mundo e garantir que novas questões, como gênero, sejam incorporadas ao treinamento para missões de paz, palavras do embaixador do Reino Unido no Brasil Vijay Rangarajan e do diplomata e embaixador da França no Brasil Michel Miraillet (RANGARAJAN e MIRAILLET, 2017).

Ademais, o Brasil produz produtos de defesa (PRODE) capazes e adequados à utilização em operações internacionais, agregando a imagem do país um aspecto de modernidade e autossuficiência, quando da produção de uma nova família de blindados (Guarani) e do Fuzil 5,56. Dessa maneira, o país utiliza duas importantes vertentes, a da capacitação humana e a da produção de material bélico, a fim de capacitá-lo para participar em missões internacionais.

São oportunas, portanto, concepções e indagações sobre a existência da relação entre o emprego de uma ferramenta do componente militar no âmbito das Operações Internacionais e sua influência para a inserção do Brasil no atual cenário mundial.

Diante desses fatos, surge o problema do presente estudo, que é enunciado da forma que se segue.

- Qual a relação entre a participação militar brasileira no Haiti e a inserção do Brasil no cenário internacional?

1.2 OBJETIVOS

No sentido da resolução de tal problemática um objetivo geral foi definido.

Objetivo geral:

1) *Analisar a relação entre a participação militar brasileira no Haiti e a inserção do Brasil no cenário internacional.*

No sentido de viabilizar a consecução do objetivo geral do presente estudo, **objetivos específicos** foram formulados, conforme se seguem.

- 1) Analisar a inserção do Brasil no atual cenário internacional;
- 2) Analisar a participação do Brasil em operações internacionais;
- 3) Analisar o histórico da participação militar brasileira no Haiti;
- 4) Analisar a interação das Forças Armadas brasileiras com atores nacionais e internacionais.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa será delimitada pela análise da influência de operações militares brasileiras no exterior, predominantemente sob a égide das Nações Unidas, nas aspirações do Brasil em ocupar um melhor posicionamento no cenário internacional. O foco e parâmetro utilizados nas referências históricas que embasarão as conclusões parciais acerca da viabilidade de emprego de tropa novamente na África será o Haiti, por ser reconhecidamente um caso de sucesso perante a ONU e comunidade internacional.

Nesse caminho, a participação militar brasileira no Haiti será faseada (preparo, emprego e desmobilização), destacando pontos fortes para um possível emprego no continente africano. Ao final dessa seção, breve destaque será dado à aquisição de conhecimentos pelas Forças Armadas brasileira fruto do encerramento da MINUSTAH.

Por fim, será analisada a interação das Forças Armadas brasileiras com atores nacionais e internacionais durante a MINUSTAH e os resultados colhidos nessa seção serão somados aos das seções anteriores a fim de estabelecer a relação entre o emprego militar brasileiro no Haiti e a inserção do Brasil no cenário internacional, notadamente na África.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Inicial e prioritariamente, o término da participação militar brasileira no Haiti despertou o interesse de importantes veículos de comunicação ao redor do mundo. Portanto, trata-se de tema atual. O Exército, com o objetivo de sua adequação às exigências das conjunturas internacionais correntes, realiza estudos e ações efetivas para o emprego de tropas, particularmente no continente africano, em um futuro próximo. Ainda, poderá utilizar a expertise adquirida no Haiti para ser a base desse novo emprego no exterior. Ademais, a MINUSTAH foi finalizada em 15 de outubro de 2017. As narrativas acerca desse evento ainda estão em construção e a experiência vivenciada pelos participantes dos últimos contingentes representa uma fonte primária desse importante evento, inédito na história recente do Brasil. Portanto, trata-se de trabalho útil, expande o conhecimento no campo das ciências militares e, em última análise, visa a contribuir para determinada ação planejada do Exército Brasileiro: a participação em novas Operações de Paz.

Outros trabalhos versando sobre os temas “Haiti”, “Operações Internacionais”, “Relações Internacionais” e “Política Externa Brasileira” já foram produzidos. Entretanto, esse projeto se caracterizará pelo ineditismo na medida em que a conjuntura atual é completamente diferente. O Brasil saiu do Haiti, onde comandou militarmente uma missão considerada um caso de sucesso. Provavelmente, o fato de ter conquistado os objetivos propostos pela MINUSTAH fez com que o país fosse requisitado pela ONU a assumir novos desafios, desta feita no continente africano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O BRASIL E SUA INSERÇÃO NO ATUAL CENÁRIO INTERNACIONAL

A nova ordem mundial é caracterizada pela rapidez nas mudanças no cenário internacional. Desta feita, eventos importantes da atualidade têm impactado o equilíbrio mundial do poder. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA); a intenção declarada do Reino Unido de se retirar da União Europeia; a China se consolidando no concerto das nações por meio de uma diplomacia mais afeita ao multilateralismo; o fracasso nos projetos de poder de partidos de esquerda, como observado na Venezuela; a Coreia do Norte implementando uma diplomacia agressiva por meio de seu projeto nuclear, dentre outros, demonstra que há espaço para o surgimento de oportunidades. Portanto, possuir capacidade para aproveitar essas oportunidades se configura como uma boa estratégia para o país que almeja um melhor posicionamento na cena mundial (KISSINGER, 2015).

Mas quais seriam essas capacidades? Essas capacidades são qualificações que distinguem os Estados em dois grandes grupos. Os que as possuem e os que não as possuem. O Brasil, por meio de suas FFAA na MINUSTAH, demonstrou ao mundo que possui as qualificações suficientes para liderar uma Operação de Paz de maneira exemplar. Dessa forma, o país possui capacidade para se inserir no momento que julgar vantajoso nessa ordem mundial em mutação.

Nesse contexto, a Política Externa recente do Brasil é caracterizada por atitudes mais assertivas em prol de maior espaço no cenário internacional. Para tanto, a participação militar no Haiti também pode ser encarada como uma ferramenta de negociação do país a fim de ocupar um assento no Conselho de Segurança da ONU, na hipótese de expansão desse importante conselho deliberativo. Esse relacionamento negociado, na hipótese do emprego das FFAA brasileiras em outro país, pode ser estendido também a esse país hospedeiro. Dessa forma, aumenta o rol de participantes nas tratativas internacionais do Brasil, favorecendo o surgimento de oportunidades, as quais seriam praticamente impossíveis se não houvesse o emprego da expressão militar do poder nacional (GOMES, 2014).

Cabe ressaltar que há um alinhamento entre as expressões política e militar do Brasil especificado na Política Nacional de Defesa (PND), de 2016. Assim, o Objetivo Nacional de Defesa (OND) VI, cuja redação é “contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”, orienta a participação do país em operações internacionais com o intuito de auferir maior influência nas decisões globais.

Ademais, essa ordem mundial estabelecida no pós-guerra sofre mutações, impulsionada pela eleição de Donald Trump para comandar a maior potência do planeta. O presidente americano já deu sinal de que os EUA pretendem adotar uma postura mais unilateral no cenário mundial, enfraquecendo atitudes que visam à multilateralidade. Dessa maneira, fóruns e organismos internacionais necessitam estabelecer novos vínculos a fim de se inserirem de forma mais adequada nessa nova conjuntura, criando oportunidades para novos entendimentos entre as nações, como o Brasil.

Nesse contexto, a participação brasileira em operações de paz se configuraria como indutor da Base Industrial de Defesa (BID) na medida em que demandaria novos meios de emprego militar (MEM) necessários ao uso em operações. Esse fato ocorreria por conta da complexidade do ambiente operacional, caracterizado pelo uso de tecnologias que aumentam o poder de combate das tropas. Além do mais, essa necessidade de MEM modernos e o seu emprego na Área de Operações serviria como propaganda para outros países interessados em adquirir produtos de defesa, contribuindo para o aumento das exportações brasileiras.

Cabe ressaltar que a participação brasileira em Operações Internacionais se dará por meio do preconizado na carta magna nacional, previsto no seu artigo 4º, apud Livro Branco de Defesa (2012, p. 12): “(...) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade dos Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo, cooperação entre os povos”, dentre outros. Portanto, sob esse aspecto, o cenário com ênfase na multilateralidade é favorável para o Brasil, e as suas FFAA podem ser utilizadas para demonstrar que o país pretende participar desse jogo ao serem empregadas em operações de paz.

Outra qualidade consolidada pelo Brasil em operações de internacionais foi a maneira de cumprir a missão. Esse diferencial colocou o país num patamar adequado às aspirações nacionais, bem como internacionais. Dessa forma, ao

conciliar aspectos da cultura do povo brasileiro com a responsabilidade de cumprir as missões impostas, sempre dentro da legalidade, as FFAA brasileiras no Haiti empregaram com desenvoltura o conceito conhecido como *soft power*.

Cabe ressaltar que essa *expertise* brasileira em utilizar o *soft power* no Haiti foi mapeada de maneira sistemática. Para tanto, um militar do Comando Terrestre (COTER), integrante do BRABAT, foi o responsável por colher as informações para o desenvolvimento da doutrina. Assim, as boas práticas contribuíram para o desenvolvimento doutrinário das FFAA, particularmente do Exército Brasileiro.

Segundo Joseph Nye Jr (2008, p.94), *soft power* é a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados que se quer através da atração ao invés de coerção ou de pagamento. *Soft power* de um país repousa sobre seus recursos de cultura, valores e políticas. A estratégia de poder inteligente combina recursos de poder duro e macio. A diplomacia pública é uma ferramenta importante no arsenal de poder inteligente, mas a diplomacia pública inteligente requer uma compreensão dos papéis da credibilidade, da autocrítica e da sociedade civil para gerar *soft power*.

Já segundo Alsino Junior (2009, p. 186), uma fraca estrutura militar reduz o campo de atuação da política externa, além de enfraquecer o *soft power*. Portanto, infere-se ser adequado haver estreita ligação entre os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores a fim de conquistar os Objetivos Nacionais. Além do mais, é possível concluir que o poder de barganha nacional seria adicionalmente intensificado se a nação contasse com a capacidade de participar ativamente de esforços de manutenção da paz.

Kenkel (2013, p.51) afirma que a participação do Brasil em missões de paz é parte de uma estratégia maior, a qual visa a atingir dois objetivos de política externa: primeiro, aumentar a visibilidade do país no sistema ONU, após alguns anos; e segundo, encorajar a internacionalização de sua economia, após anos de substituição das importações. Missões de paz significam credibilidade e compromisso com a política das Nações Unidas.

O poder militar pode, portanto, contribuir e funcionar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. Para tanto, a pacificação por militares brasileiros de Cité Soleil, bairro haitiano e considerado na década de 1990 como um dos locais mais perigosos do mundo, representa um caso emblemático. Com foco no combate às raízes do conflito na vertente militar, portas foram abertas para a cooperação em agricultura, infraestrutura e saúde entre o Brasil e o Haiti, por meio

do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, o poder militar influenciou o econômico e o político numa clara demonstração de que a participação militar favoreceu a inserção do Brasil no cenário internacional. Questionamentos a respeito da utilidade de se relacionar economicamente com a nação mais pobre do continente americano pode diminuir o fato de que efetivamente houve um alargamento da inserção do país na cena mundial. Entretanto, o foco definido no presente trabalho foi comprovado. Resta saber se a expertise adquirida pode ser aplicada em outros locais.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

O Brasil participou de importantes eventos na cena internacional. Dentre eles, destacam-se as operações no próprio continente americano e as participações nas duas Grandes Guerras mundiais. Do exposto, é possível afirmar que as FFAA brasileiras detêm o importante status a nível mundial conquistado pelos feitos do passado, pela demonstração de profissionalismo do presente e pela projeção favorável nos cenários prospectivos do futuro.

Nesse escopo, a maioria das operações de paz do Brasil ocorreu sob a égide da ONU. Esse organismo internacional possui uma estrutura que visa à integração entre seus participantes. Entretanto, no processo decisório que envolve as grandes questões, apenas cinco países ocupam posição privilegiada, com poder de veto nessas decisões. Esses países são os membros permanentes do Conselho de Segurança, os quais herdaram essa posição por terem sido os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China).

Atualmente se discute uma reforma no Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) com vistas a ampliar o número de assentos permanentes e democratizar mais as importantes decisões. Esse pleito é defendido por países cujas expressões política, econômica e militar se destacam no cenário internacional, entre eles o Brasil (IANDOLI, 2016).

Tendo como referência as operações de paz do Brasil, três missões merecem um destaque especial pela quantidade de militares empregados: Moçambique, Angola e Haiti. O curioso é que, dada as devidas diferenças entre os cenários e o

lapso temporal, a desmobilização que ocorreu em Moçambique e Angola não foi utilizada como parâmetro para realizar a desmobilização no Haiti, tornando-a mais complexa. Os poucos registros das duas primeiras missões se tornaram obsoletos para a MINUSTAH. Dessa forma, observa-se que é necessário compilar as experiências colhidas no Haiti dando um viés doutrinário a fim de utilizá-las como ensinamentos nas próximas operações de paz, simplificando todo o processo.

Em particular quanto ao caso do Haiti, a MINUSTAH foi a missão que o Brasil participou de forma mais expressiva em relação à quantidade de militares empregados. No total, somaram-se mais de 30.000 brasileiros, desde o ano de 2004, constituindo-se na maior missão de paz da qual o país já participou. Além do mais, o componente militar da mencionada missão sempre esteve sob o comando de um oficial general brasileiro, o que ajudou a projetar o país no cenário internacional.

Ainda sobre o Haiti, o Brasil finalizou a missão empregando 26 contingentes de tropas na MINUSTAH. Após o terremoto ocorrido em 2010, naquele país caribenho, o Brasil desdobrou mais um batalhão na missão de paz, o BRABAT 2 (*Brazilian Battalion* ou Batalhão Brasileiro 2). Após alguns anos e durante o emprego do 18º contingente, o BRABAT 2 foi suprimido e apenas o BRABAT 1 permaneceu desdobrado na missão até a sua extinção em 15 de outubro de 2017.

Já a mais recente missão em que o Brasil foi chamado a atuar na ONU foi na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), a partir de janeiro de 2011, com oficiais e praças da Marinha do Brasil (MB). Posteriormente, o país aumentou o seu efetivo na UNIFIL ao enviar uma fragata da MB para se juntar à Força-Tarefa Marítima (MAT) da ONU, primeira missão de paz marítima das Nações Unidas. Ainda em 2011, o Brasil passou a liderar a MAT devido, entre outras coisas, ao excelente desempenho brasileiro nas missões de paz da ONU, em particular, no comando das tropas na MINUSTAH.

A atuação conjunta dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores foi normatizada como uma maneira de realizar Política Externa por meio da participação do Brasil em Operações de Paz. Essa atuação foi formalizada no mais alto nível político nacional, por meio do Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005, expedido pelo presidente da república, o qual estabeleceu a Política Nacional de Defesa. Essa política demonstra que o país se preparou internamente para assumir posição proeminente na cena mundial. Dessa forma, as oportunidades de destaque

oferecidas pela ONU, como o comando da MINUSTAH e a liderança da MAT, alinhado com o que preconiza suas políticas normativas, sugere que o Brasil se engajará cada vez mais em Operações de Paz, por meio da dupla atuação dos ministérios da Defesa e Relações Exteriores.

Em visão prospectiva, o continente africano se configura como um importante cenário para futuras missões de paz, do Mali ao Sudão, da Somália à República Centro Africana. Para esse último país, o Exército Brasileiro realizou estudos encarando essa possibilidade como a linha mais provável de emprego, entretanto o governo do Brasil decidiu não enviar contingente.

2.3 O HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO HAITI

A história haitiana possui traços semelhantes a do Brasil. A utilização maciça de mão de obra escrava africana como motor da economia proporcionou semelhanças culturais oriundas da África nos dois países. Provavelmente, esse fator de proximidade cultural favoreceu ao emprego do *soft power* brasileiro por ocasião da MINUSTAH. Caso essa observação seja válida, reforça a viabilidade do emprego de tropas brasileiras novamente no continente africano no futuro.

Os principais personagens históricos do Haiti foram pessoas que se destacaram pelas suas ações em episódios de luta, seja contra o invasor ou por disputa interna pelo poder. Nesse rol merecem destaque os seguintes: os escravos Toussaint L'Ouverture (que empresta seu nome ao aeroporto da capital) e Jean Jacques Dessalines, ambos considerados os heróis da independência (JAMES, 2010)

Além do médico François Duvalier, conhecido como "Papa Doc"; e do padre salesiano Jean-Bertrand Aristides. Esse último foi deposto da presidência do país, o que gerou grande instabilidade e falência das instituições nacionais. Dessa forma, o presidente do Supremo Tribunal assumiu a presidência interinamente e requisitou o apoio das Nações Unidas, visando uma transição política pacífica e constitucional, de modo a manter a segurança interna.

Nesse contexto, em 30 de abril de 2004, foi criada a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, por intermédio da Resolução nº 1542 do Conselho de Segurança da ONU, com a finalidade de restabelecer a segurança e a normalidade institucional do país.

Anos depois e com percepção de que o país caribenho finalmente caminhava para o reestabelecimento de suas instituições, por volta das 19h50 (horário de Brasília), do dia 12 de janeiro de 2010, um grande terremoto de 7.3 na escala Richter atingiu o Haiti, afetando cerca de 2 milhões de pessoas, ocasionado aproximadamente 1 milhão de desabrigados e 250.000 mortos, sendo que 101 integrantes da MINUSTAH e 18 militares brasileiros morreram.

Em seu livro “Os Jacobinos Negros”, o autor C.L.R. James relata como possível causa para o atraso do Haiti, hoje o país mais pobre das Américas, a chaga da escravidão. Segundo James, essa herança histórica negativa comprometeu o futuro haitiano no longo prazo.

Por outro lado, a presença brasileira no país foi capaz de proporcionar uma estabilidade atípica para esse país caribenho, permitindo que uma geração de haitianos pudesse conviver num local onde os índices de violência foram reduzidos para o patamar aceitável.

Outro marco da participação militar brasileira no Haiti foi a garantia do pleito eleitoral. Para tanto, a segurança dos locais de votação em todo o país, bem como o transporte das urnas e a garantia de ir e vir para a população representaram eventos importantes do emprego das FFAA do Brasil como protagonista na MINUSTAH. Portanto, a mensagem de atuação profissional e imparcial do componente militar brasileiro no Haiti fortaleceu a imagem do Brasil, num ambiente no qual participaram mais de vinte países integrantes da ONU, como nação que acredita e defende a consecução do processo democrático.

Após 13 anos de bem sucedida missão, em 2017, o Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução 2350, determinou o fim gradual da MINUSTAH até 15 de outubro de 2017. A partir daí, uma nova missão (Missão das Nações Unidas de Apoio a Justiça no Haiti/MINUJUSTH) passou a atuar na ilha, com contingente menor e foco no fortalecimento das instituições democráticas do país.

Figura 01 e 02 - Linha do Tempo do BRABAT



Fonte: BRABAT 26, 2017.

2.3.1 O preparo do CONTBRAS

Os militares pré-selecionados a compor o CONTBRAS foram submetidos a diversas avaliações (física, médica e psicológica), instruções de caráter comum e treinamentos específicos em suas respectivas guarnições de origem, a fim de escolher os melhores recursos humanos.

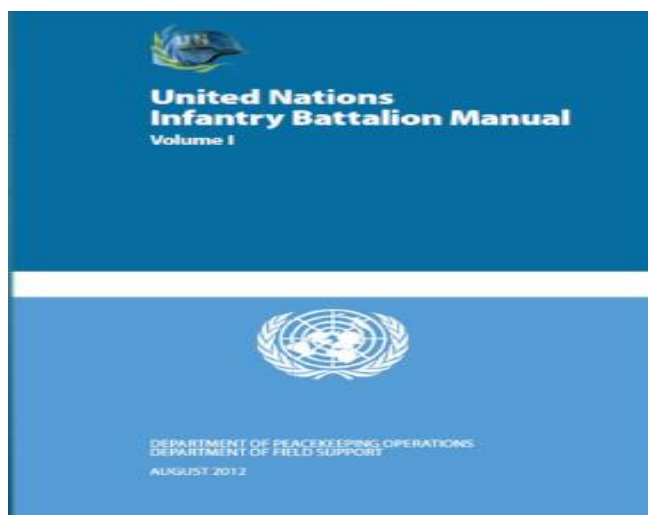
A Comissão de Preparo de Tropa para Missão de Paz (CPTMP), instituída pela Portaria Nr006-COTER, de 28 de maio de 2013, prevista nas diretrizes do Comando de Operações Terrestre (COTER), foi composta por integrantes do próprio Contingente Brasileiro no Haiti (CONTBRAS) e teve a finalidade de estruturar, orientar e conduzir a preparação das tropas, sob a coordenação do comandante da Brigada (Coordenador do Preparo) escolhida para o envio de tropas para o Haiti.

A capacitação de Oficiais e Praças em áreas específicas foi realizada por intermédio de cursos e estágios cujos objetivos, dentre outros, foram obter melhores condições de cumprir atividades no Haiti e disseminar os conhecimentos adquiridos na preparação dos demais integrantes do contingente.

Nesse contexto, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), sediado no Rio de Janeiro/RJ, teve um papel fundamental na preparação dos militares, particularmente, na transmissão de conhecimentos, experiências e na simulação de situações muito próximas da realidade haitiana. Dentre os cursos e estágios realizados, destaca-se o Estágio de Patrimônio com a finalidade de especializar pessoal no controle de todo o material carga utilizado no Haiti.

Havia ainda, a reunião de todos os integrantes em um exercício de concentração final, denominados de Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP) e Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), que representavam o coroamento da instrução e da fase de preparação. Durante esse período, os militares receberam instruções sobre a ONU e sobre a missão em si.

Figura 03 - United Nations Infantry Battalion Manual



Fonte: ONU, 2012.

Figura 04 - Exemplo de atividades inerentes à seleção e ao preparo do 26º BRABAT



Fonte: BRABAT 26, 2017.

2.3.2 O emprego do CONTBRAS

Durante os 13 anos de operação, o Brasil comandou as forças de paz. Criada por meio da Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança e com base no Capítulo VII da Carta da ONU, a MINUSTAH contava, inicialmente, com até 6.700 militares sob o comando brasileiro e buscou promover a estabilização do país por meio da retomada de áreas sob o controle de organizações paramilitares (BRABAT 26, 2017).

Entre 2004 e 2017, 20 (vinte) países enviaram tropas para o Haiti. Forças policiais, voluntários e funcionários civis também atuaram em solo haitiano para auxiliar na consolidação política e no seu desenvolvimento. Esse emprego teve algumas características, de acordo com o contexto interno e externo nas áreas política e psicossocial: (BRABAT 26, 2017).

a. 1ª Fase (junho de 2004 até o 1º semestre de 2005):

Início da participação brasileira. A “Brigada Haiti” foi constituída basicamente por tropas do Comando Militar do Sul. Os primeiros contingentes tiveram que trabalhar, simultaneamente, nas atividades de sua própria instalação, nas atividades operacionais e nas ações de auxílio à população, por conta dos desastres naturais que aconteceram no segundo semestre (BRABAT 26, 2017).

b. 2ª Fase (2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007)

A Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti (BRAENGCYOY), composta por aproximadamente 250 militares, foi desdobrada, realizando ações de desobstrução de vias e a pavimentação de vias de acesso de interesse para o cumprimento da missão. O grande desafio desse período foi realizar a desarticulação das gangues armadas que atuavam na Área de Operações do Batalhão (BRABAT 26, 2017).

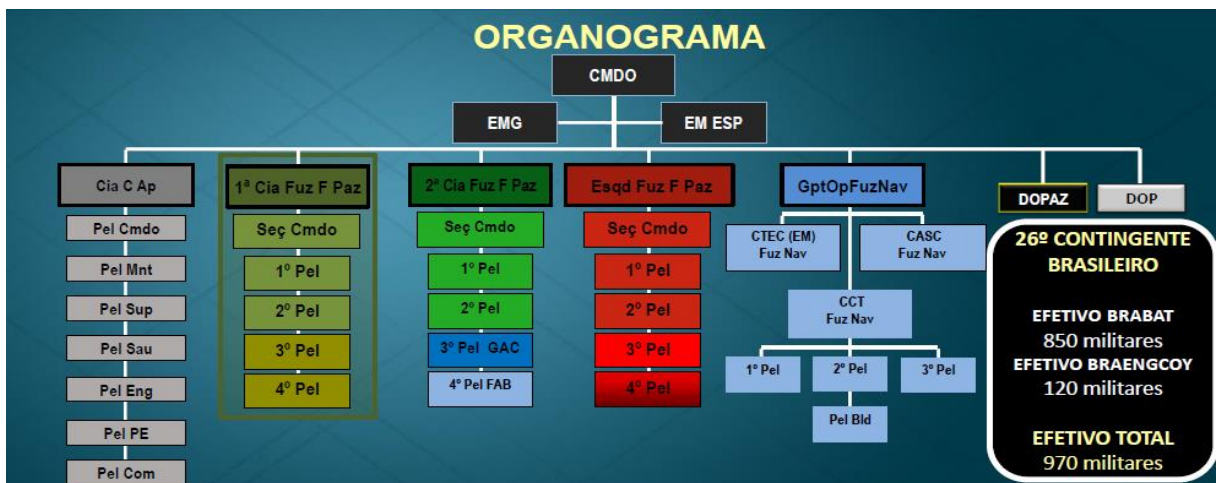
c. 3ª Fase (2º semestre de 2007 até 12 de janeiro de 2010)

Esse período foi marcado por grande interação entre os componentes Militar, Policial e Civil (BRABAT 26, 2017).

d. 4ª Fase (de 12 de janeiro de 2010 até 15 de outubro de 2017)

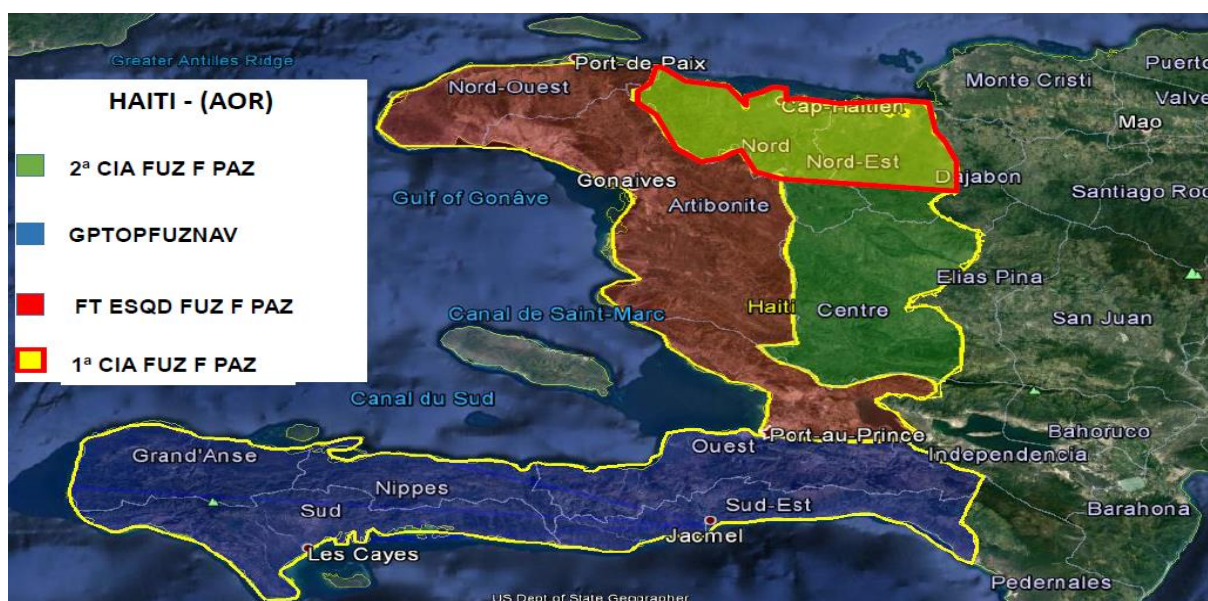
Essa fase foi marcada pela necessidade de trabalho interagências, devido ao terremoto que assolou o país em janeiro de 2010. Para o Brasil, serviu também para evidenciar aspectos logísticos necessários ao rápido desdobramento de tropas (BRABAT 26, 2017).

Figura 05 - Organograma do 26º BRABAT



Fonte: BRABAT 26, 2017.

Figura 06 - Área de responsabilidade do 26º BRABAT no Haiti



Fonte: BRABAT 26, 2017.

2.3.3 A desmobilização do CONTBRAS

A realização de uma exitosa desmobilização se constituiu em importante fator responsável pela imagem positiva deixada pelo Brasil na MINUSTAH, no momento da retirada da tropa. Entretanto, os militares diretamente envolvidos nesse processo de desmobilização se depararam com uma realidade caracterizada pela carência de referências dentro do Exército Brasileiro, bem como nas Forças Armadas.

Os principais parâmetros pesquisados sobre a desmobilização estavam ligados às experiências adquiridas por meio do emprego de tropa expedicionária brasileira no passado (Moçambique e Angola); à doutrina e aos manuais de administração do EB e do Ministério da Defesa; e às leis de administração federal (lei 8.666). Entretanto, esses referenciais se revelaram desatualizados ou com informações incipientes para a realidade enfrentada no processo de desmobilização. Dessa forma, o esforço na resolução da maioria dos problemas na Área de Operações não contou, na maioria das vezes, com o suporte dos manuais ou regulamentos, contribuindo para que as soluções encontradas se caracterizassem pela originalidade, pelo ineditismo e pela exclusividade.

2.3.3.1 A desmobilização na dimensão humana

Ao longo de toda a missão, mais de 36 mil militares brasileiros foram destacados para o Haiti, possibilitando maior experiência e conhecimento para as Forças Armadas nacionais em operações de paz, pacificação de territórios e iniciativas de desenvolvimento social.

Ao longo dos últimos 13 anos, o Brasil enviou mais de 30 mil militares das três Forças Armadas à MINUSTAH e deixou um legado de sucesso junto à população haitiana. Nossa atuação contribuiu para a reconstrução do país, após a redução dos níveis de violência, e proporcionou ajuda humanitária em catástrofes como o terremoto de 2010 e o Furacão Matthew em 2016 (JUNGMANN, 2017).

O último contingente foi dividido em dois grandes grupos de militares por ocasião do fim da MINUSTAH. O grosso da tropa, cerca de 85% do efetivo (*Main Body*), e os 15% restante (*Rear Party*). Essa divisão foi estabelecida a fim de viabilizar as medidas logísticas para entrega da Base General Barcellar (Base BGB) e para o recolhimento e carregamento do material previsto para retornar ao Brasil.

Já no Brasil, após o transporte da tropa realizado por meio de aviões da ONU e da Força Aérea Brasileira (FAB), a desmobilização do pessoal contou com a realização de exames laboratoriais e psicológicos. Tudo com a finalidade de certificar a higidez da tropa por fim de missão.

2.3.3.2 A desmobilização do material

Partindo da premissa de que a Doutrina Militar é “o conjunto harmônico de ideias e de entendimento que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA. Engloba, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares”, segundo o Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre – 2017/2018 (PDDMT 2017/2018), página 3, será possível desenvolver ou contribuir para evolução da Doutrina Militar a partir das experiências inéditas vivenciadas no Haiti por ocasião da desmobilização?

Outrossim, a constatação de que a desmobilização no Haiti ocorreu sem que houvesse similaridade com eventos recentes na história das Forças Armadas brasileira, por si só já projeta a importância dessa pesquisa, o qual visualiza no futuro próximo o seu emprego em outras missões de paz. Nesse sentido, dentre outras, a contribuição pretendida com esse trabalho acadêmico é perpetuar os ensinamentos colhidos por meio da experiência adquirida com a desmobilização do CONTBRAS na MINUSTAH, a fim de evitar que esses conhecimentos,

particularmente os logísticos, tenham o mesmo destino observado nas missões em Suez, em Moçambique e em Angola, ou seja, tornaram-se inadequados, ausentes ou desatualizados para a realidade haitiana. Cabe ressaltar que as missões em Suez, em Moçambique e em Angola foram utilizadas como referência devido às similitudes com o cenário Haiti.

Nesse escopo, foram observadas lacunas em documentos relacionados ao assunto. Por exemplo, o Manual de Doutrina de Logística Militar (MD42.M02), do Ministério da Defesa, cita, na página 18/40, o seguinte: “na logística militar, destacam-se pela sua importância, as seguintes fases: a) determinação das necessidades; b) obtenção; e c) distribuição”, ou seja, nem se quer menciona o recolhimento, fase na qual estaria inserida a desmobilização. Além do mais, o próprio manual de Operações de Paz (MD34.M.02) também omite a reversão do material ao tratar sobre a logística. Outro exemplo, é o manual de Operações de Manutenção da Paz (C95-1) que se refere unicamente a desmobilização, página 8-7, de maneira genérica e num contexto específico de rodízio de tropa.

Já o manual de campanha Logística (EB20–MC–10.204) se refere ao processo de repatriação do material como logística reversa. Também nesse caso, as informações constantes do manual não contemplam todas as ações relacionadas ao complexo processo de repatriação. Portanto, observa-se a necessidade de criar ou incrementar a doutrina militar vigente relacionada ao assunto em estudo.

Ademais, a insuficiência no aspecto doutrinário também é observada na esfera administrativa. O Regulamento de Administração do Exército (RAE), em seu Art. 85, prevê o seguinte texto: “§ 1º Os motivos gerais para descarga de material são: 1) inservibilidade para o fim a que se destina, não sendo susceptível de reparação ou recuperação; 2) perda ou extravio; 3) furto ou roubo; 4) outros motivos (transferências, recolhimentos, etc)”, ou seja, não contempla a necessária descarga do material não repatriado para o Brasil, no contexto da desmobilização de tropa expedicionária por término de missão. Dessa maneira, infere-se que há a necessidade de atualização desse regulamento com vistas a especificar como motivo de descarga a desmobilização, já que a consequência desse processo administrativo é a redução do valor patrimonial da União em valores que englobam milhões de reais. Ainda nesse aspecto, será possível tornar as legislações que tratam do desfazimento do material mais simples?

Nesse sentido, as experiências colhidas pelos integrantes dos últimos contingentes e envolvidos diretamente na desmobilização se constituem em importante ativo possível de ser utilizado no aprimoramento da doutrina, das legislações e normas. Portanto, as seguintes observações constantes do Relatório de Desmobilização do BRABAT 26 merecem ser destacadas nesta pesquisa:

O Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) foi implantado no BRABAT por volta de 2005. Em 2010, após o terremoto, esse sistema foi atualizado por conta da grande quantidade de material que se tornou indisponível devido àquela catástrofe natural. Na BRAENGCOY, o SISCOFIS foi implantado, contudo esse sistema não foi utilizado para controlar a carga, sendo utilizada uma planilha excel para esse controle (BRABAT 26, 2017).

Apesar de consolidado e de ampla utilização nas Organizações Militares (OM) do EB, o SISCOFIS do BRABAT possuía uma característica que o diferenciava dos demais do Brasil, foi denominado *off line* por não ser interligado com o controle de bens materiais da Base de Apoio Logístico do Exército (Ba Ap Log Ex), detentora de toda a carga do CONTBRAS. Dessa maneira, havia dois sistemas, o do BRABAT e o da Ba Ap Log Ex, para controlar o mesmo material, contribuindo para o retardo no processo de homologação de inclusão e exclusão em carga (BRABAT 26, 2017).

Tal retardo ocorreu pela duplicidade de número de patrimônio para um mesmo item. Enquanto um número patrimonial era gerado automaticamente pelo SISCOFIS no momento de inclusão em carga no BRABAT, outro número de patrimônio era gerado no SISCOFIS da Ba Ap Log Ex. Portanto, no processo de identificação de determinado item a fim de retirá-lo de carga, o número de patrimônio não podia ser utilizado, já que eram diferentes, dificultando e atrasando a homologação da descarga (BRABAT 26, 2017).

Ademais, dois operadores, do BRABAT e da Ba Ap Log Ex, alimentavam os sistemas sem padronização ou coordenação entre ambos. O resultado foi a produção de dois bancos de dados desconexos sobre o mesmo material carga. Tal dissonância só aumentou com o passar dos anos na missão. Dessa forma, a sugestão era estabelecer uma padronização mínima no momento do lançamento dos dados nos SISCOFIS, a qual poderia ser feita durante o estágio de preparação realizado na Ba Ap Log Ex, antes do emprego da nova equipe de patrimônio no Haiti (BRABAT 26, 2017).

Outrossim, o próprio digitador responsável por inserir as informações no SISCOFIS representou uma vulnerabilidade. Esse fato ocorreu por conta da possibilidade desse ator lançar informações erradas ou incompletas no sistema. Assim, em que pese os constantes aprimoramentos realizados pelo COLOG no SISCOFIS visando a uma maior eficácia no controle de material, o operador continuou sendo uma grande vulnerabilidade na medida em que podiam comprometer a veracidade das informações do sistema. Neste caso, a sugestão foi automatizar o lançamento de dados no SISCOFIS por meio da utilização de *barcode* inerente àquele material a ser incluído em carga, prática já adotada pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) para o controle de certos materiais (BRABAT 26, 2017).

O SISCOFIS foi operado *off line* no Haiti por conta da limitada capacidade de transmissão de dados. O EBNNet tinha a capacidade de aproximadamente 2 MB para atender o BRABAT e a BRAENGCOY. Dessa forma, tornou-se inviável operar aquele sistema de maneira eficiente, gerando lentidão no momento de atualizá-lo, variando de 10 a 15 minutos para incluir apenas um item em carga, por exemplo (BRABAT 26, 2017).

Outro fator que dificultou o controle da carga no SISCOFIS foi a rotatividade dos efetivos. Esse rodízio ocorreu em média a cada seis meses. Para tanto, em um intervalo de no máximo 2 (duas) semanas todos os integrantes do CONTBRAS eram substituídos. Portanto, a troca de todo o contingente em um curto intervalo de tempo prejudicou a passagem de carga entre os detentores, contribuindo para que possíveis problemas observados não fossem repassados aos substitutos (BRABAT 26, 2017).

Já no contexto da desmobilização outros fatores exerceram reflexos no SISCOFIS. A ocorrência de desastres naturais na Área de Operações obrigou o desdobramento do CONTBRAS de maneira intempestiva, favorecendo a permuta de material entre as dependências do BRABAT sem o devido registro de transferência no sistema. Dessa maneira, a ocorrência de terremoto e furacões no Haiti prejudicou a veracidade das informações constantes do SISCOFIS (BRABAT 26, 2017).

O inventário do 23º BRABAT, desdobrado em 2016, foi confeccionado com base no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) *off line*. Assim, as informações que constaram neste banco de dados do excel foram extraídas do SISCOFIS. Portanto, a partir daquela data qualquer variação patrimonial (entrada e saída de itens) teria

que ser feita nas duas plataformas de controle, tanto no inventário excel quanto no SISCOFIS, dobrando a carga de trabalho da Seção de Patrimônio (BRABAT 26, 2017).

O destino do material, por ocasião do fim da missão, foi sinalizado no inventário excel por meio de cores. Então, o item cuja célula correspondente estava pintada na cor verde significava que aquele material deveria retornar ao Brasil, conforme proposta do Batalhão de Infantaria de Força de Paz. Utilizando a mesma lógica, a cor vermelha representava o descarte, a cor amarela a doação e a cor azul a devolução do material à MINUSTAH. Dessa forma, esta iniciativa da Seção de Patrimônio em adotar cores ao destino do material facilitou e influenciou a atividade futura de etiquetagem (BRABAT 26, 2017).

A estrutura do inventário excel foi composta de 6 (seis) abas. A primeira aba, o índice continha informações resumidas sobre o destino do material com a quantidade, a metragem cúbica e o peso em toneladas totais, bem como a data de atualização do inventário. Na sequência, cada grupo de material (REPATRIAÇÃO, DOAÇÃO, DESCARTE, DEVOLUÇÃO), totalizando quatro abas, foi relacionado em uma mesma planilha com a sua cor correspondente. Por fim, a sexta aba, a GERAL, contemplou todos os itens inventariados, independente da destinação do material. Dessa maneira, a adoção do inventário ainda no estágio inicial facilitou a rápida visualização do destino do material por ocasião da desmobilização (BRABAT 26, 2017).

Ainda fazendo referência à estrutura do inventário, havia colunas com informações de cada item. Para tanto, as seguintes colunas constaram nas planilhas: a classe do material, o número da ficha do SISCOFIS, o número de patrimônio, a descrição detalhada do material, a dependência na qual se encontrava o material, o número de série (SFC), o valor unitário em reais, a quantidade, o estado, o documento de inclusão em carga, a origem, o volume em metros cúbicos, o peso em toneladas, as possíveis pendências, o Órgão Gestor, a proposta de destino do material pelo BRABAT, possíveis observações, a solução final do Órgão Gestor e se o material fazia parte ou não do Memorando de Entendimento da ONU. Por conseguinte, a complexidade de informações geradas para cada item inventariado facilitou a sua localização no terreno. Por outro lado, demonstrou a necessidade de se reforçar a Seção de Patrimônio com outros militares (BRABAT 26, 2017).

O advento do inventário como controle de material paralelo ao SISCOFIS aumentou a carga de trabalho da Seção de Patrimônio (Seç Patm), composta por apenas dois militares no Quadro de Cargos Previstos (QCP) do BRABAT. Além do mais, apesar de necessário, o inventário foi o documento extremamente vulnerável pela possibilidade de ser editado. Portanto, a estrutura da Seç Patm no contexto da desmobilização se mostrou inadequada com apenas dois militares (o Of Patm e seu Adj), sendo reforçada posteriormente (BRABAT 26, 2017).

O inventário utilizado pelos 25º e 26º BRABAT foi confeccionado durante visita, de aproximadamente uma semana, do COLOG ao Haiti. Para tanto, uma equipe foi composta por militares da Divisão de Importação e Exportação de Material (DIEM), por militares do comando do COLOG, por especialistas em SISCOFIS do COLOG, por militares da Divisão de Patrimônio da Ba Ap Log Ex e pelos integrantes da Seç Patm do BRABAT/BRAENGCOY. O produto do trabalho dessa equipe foi o banco de dados de material permanente que foi enviado aos Órgãos Gestores (OG) do Exército Brasileiro (EB) a fim de que esses Órgãos definissem o destino do material por ocasião do fim da MINUSTAH. Dessa forma, a ação idealizada pela Seç Patm BRABAT/BRAENGCOY foi concretizada na medida em que a definição do destino do material coube aos Órgãos Gestores e não somente ao comando do BRABAT e BRAENGCOY (BRABAT 26, 2017).

Por conta da confecção desse novo inventário, o anterior concebido pela Seç Patm BRABAT 23/24 foi abandonado a partir de 22 de maio de 2017, data na qual o novo banco de dados de material permanente chegou ao CONTBRAS. Portanto, o inventário a ser utilizado para o processo de desmobilização teve a participação de integrantes do COLOG e do BRABAT/BRAENGCOY, contribuindo para tornar esse documento mais completo e adequado à realidade enfrentada pelas OM F Paz (BRABAT 26, 2017).

Cabe ressaltar que a chegada do inventário do escalão superior coincidiu com o rodízio dos BRABAT 25 e 26, e após análise feita pela Seç Patm BRABAT/BRAENGCOY, constatou-se que havia inconsistências de informações nesse documento. Dessa maneira, o esforço de atualização foi realizado sob a coordenação da Seç Patm para tornar esse banco de dados condizente com o SISCOFIS *off line* do BRABAT, envolvendo todo o batalhão, particularmente as 30 (trinta) dependências detentoras de material (BRABAT 26, 2017).

Assim, os detentores de carga de material do BRABAT executaram as seguintes medidas visando à atualização do inventário: 1 – acrescentaram os itens que apareciam no SISCOFIS e não constavam no inventário (planilha INCLUSÃO); 2 – excluíram os itens do inventário que não estavam mais no SISCOFIS (planilha EXCLUSÃO); 3 – corrigiram informações do inventário com base no SISCOFIS. O resultado desse esforço foi a atualização do inventário (planilha MATRIZ). Portanto, sob a direção da Seç Patm, a planilha MATRIZ materializou o esforço conjunto de todo o BRABAT em prol de um inventário de material confiável e adequado à Operação Logística de Desmobilização, contribuindo para que a reversão do material para o Brasil ocorresse de maneira controlada e organizada (BRABAT 26, 2017).

A planilha MATRIZ foi atualizada de acordo com as fases de desmobilização definidas pelo BRABAT. Na fase da etiquetagem do material, foi o documento base utilizado para definição das cores das etiquetas. Nessa fase, a planilha continha 7.273 itens para serem descartados, 31 itens para serem destruídos, 352 itens para serem devolvidos à MINUSTAH e 13.542 itens para serem repatriados (BRABAT 26, 2017).

Na fase de realização dos grandes TEAM visando à desmobilização e consequente descarga do material, a planilha continha 347 itens para serem devolvidos à MINUSTAH e 114.935 itens para serem repatriados. Cabe ressaltar que naquela altura os itens descarregados já tinham sido excluídos e os itens de consumo previstos para retornar ao Brasil já constavam do inventário (BRABAT 26, 2017).

Já na fase de recolhimento dos materiais às cases visando à repatriação, a planilha continha 114.539 itens para serem repatriados (BRABAT 26, 2017).

A planilha EXCLUSÃO foi um dos produtos da atualização do inventário. Nessa planilha, foi acrescentada uma coluna com o motivo da exclusão do material e conteve um total de 13.158 itens (BRABAT 26, 2017).

Os itens da planilha INCLUSÃO não tinham o destino do material definido pelos Órgãos Gestores (OG). Tal fato ocorreu porque esses materiais não constavam no inventário inicial e não foram analisados pelo escalão superior. Dessa forma, a planilha INCLUSÃO foi remetida para o Brasil a fim de que os Órgãos Gestores do EB definissem se o material seria descartado, destruído ou repatriado (BRABAT 26, 2017).

Outrossim, o processo de desmobilização e reversão do material para o Brasil foi caracterizado pelo envolvimento de atores internacionais e nacionais. No primeiro caso, tratativas foram necessárias com a Organização das Nações Unidas (ONU), com a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), com a embaixada brasileira no Haiti e com o governo haitiano. No Brasil, houve o envolvimento do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Indústria e Comércio, da Receita Federal, do IBAMA, da Marinha do Brasil (MB) e da Força Aérea Brasileira (FAB). Já no âmbito do Exército Brasileiro, as coordenações foram realizadas entre o Estado Maior do Exército (EME), o Comando Logístico (COLOG), o Comando de Operações Terrestre (COTER), o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), o Departamento Geral do Pessoal (DGP), o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), o Comando de Operações Especiais (COpEsp), a Diretoria de Saúde (DSau), a Base de Apoio Logístico do Exército (BaApLogEx), entre outros. Portanto, a desmobilização se mostrou uma operação complexa e inédita na história recente do EB, contribuindo para que ficasse como referência para missões futuras (BRABAT 26, 2017).

Por conta da variedade dos envolvidos, houve a necessidade de acréscimo de 4 (quatro) colunas com novas informações no inventário. Uma coluna com os números dos processos de exportação a fim de agilizar o desembaraço alfandegário no Brasil junto a Receita Federal; outra coluna com a nomenclatura do material em inglês para auxiliar a confecção do *packing list*, documento exigido pela ONU; além dos dados referentes ao comprimento, altura e largura (CxAxL); bem como se o material é ou não containerizável. Dessa forma, o formato do inventário definido por meio das demandas dos envolvidos ao longo do processo de repatriação se mostrou adequado, contribuindo para que se utilize como referência em missões futuras, bem como no auxílio ao aprimoramento do SISCOFIS cuja sugestão é que este sistema de controle consiga gerar uma relação no formato do inventário de maneira simples, preferencialmente com apenas um comando (BRABAT 26, 2017).

Outra nova atualização do inventário foi realizada por ocasião da confecção dos grandes TEAM visando à desmobilização. Naquela oportunidade, foram descarregados cerca de 4.793 itens que não retornariam para o Brasil, divididos da seguinte forma: 3.609 itens da classe II, 44 itens da Classe VI, 801 itens da Classe VII, 60 itens da Classe VIII, 11 itens da Classe IX e 268 itens da Classe X. Em

consequência, a descarga de material realizada pelas Equipes das classes reduziu a quantidade de material em carga em cerca de 40% (BRABAT 26, 2017).

Por fim, a última atualização foi realizada por meio da descarga de material inservível previsto para ser repatriado. Novamente, as Equipes de Classe de Material confeccionaram os TEAM, os quais constaram os seguintes quantitativos de itens divididos por classes: 284 itens da Classe II, 63 itens da Classe V, 19 itens da Classe VI, 67 itens da Classe VII, 12 itens da Classe VIII e 13 itens da Classe IX. Portanto, o trabalho visando à atualização do inventário desenvolvido pela Seç Patm foi constante e não se limitou às semanas iniciais definidas no calendário de desmobilização do BRABAT, visto que até o último dia foi necessário atualizar o inventário (BRABAT 26, 2017).

A etiquetagem facilitou a identificação do destino do material definido pelo Escalão Superior. Para tanto, a etiqueta verde foi fixada no item cujo destino final era a repatriação, a amarela nos itens entregues às instituições cadastradas pelo G9, a vermelha naqueles itens previstos para o descarte em local adequado indicado pela MINUSTAH (*Property Disposal Unit/Property Disposal Yard*), a azul nos materiais pertencentes à MINUSTAH e a etiqueta branca nos itens já descarregados ou não incluídos em carga e existentes no BRABAT. Dessa maneira, esse artifício visual da etiquetagem permitiu que todos os integrantes do Batalhão soubessem de forma rápida e simples qual seria o destino final do material, particularmente os detentores de carga, por ocasião do término da missão (BRABAT 26, 2017).

As cores das etiquetas foram discriminadas com base no inventário. Assim, a definição dos Órgãos Gestores de classe acerca do destino do material estabeleceu a cor da etiqueta daquele item e coube ao detentor de carga a responsabilidade por etiquetar todo o material de sua dependência. Para tanto, utilizou papel com as cores das etiquetas para imprimir e em seguida fixá-las nos respectivos itens (BRABAT 26, 2017).

Já em relação à padronização, o modelo das etiquetas foi o gerado pelo SISCOFIS. De posse de sua senha, o detentor direto acessava a sua dependência no sistema e gerava a relação de material. Ao imprimi-la, colocava a cor da folha correspondente na impressora conforme definido no inventário. Portanto, no processo de confecção das etiquetas, obrigatoriamente tanto o inventário quanto o SISCOFIS eram utilizados, contribuindo para que houvesse o máximo de precisão

nas informações constantes das etiquetas na medida em que dois bancos de dados foram utilizados para esse propósito (BRABAT 26, 2017).

As resmas de papel colorido foram compradas na República Dominicana. Elas foram adquiridas no quantitativo de 4 (quatro) na cor verde, 4 (quatro) na cor amarela, 2 (duas) na cor vermelha, 2 (duas) na cor azul (BRABAT 26, 2017).

As etiquetas além de facilitarem a visualização do destino do material no terreno também definiram linhas de controle em relação à saída do material do Batalhão. Então, doravante a etiquetagem somente os itens na cor branca poderiam seguir o destino previamente definido pelo G9 do BRABAT (entrega ou descarte). Em seguida, os itens cujas cores eram amarela e vermelha só foram liberados após a confecção e envio dos processos de descarga para Ba Ap Log Ex. Por fim, os itens na cor verde começaram a ser colocados em case a partir do mês de agosto (BRABAT 26, 2017).

Os processos administrativos foram realizados para oferecer o suporte documental por ocasião da variação patrimonial. Para tanto, os Termos de Recebimento e Exame de Material (TREM) foram confeccionados, conforme o Art. 66 do Regulamento de Administração do Exército (RAE, 12 JAN 90), a fim de incluir itens em carga. No sentido contrário, os Termos de Exame e Averiguação de Material (TEAM) previstos no Art. 85 do RAE, os Pareceres Técnicos (PT) e as sindicâncias foram documentos confeccionados para descarregar o material. Entretanto, particularmente no processo de descarga, o RAE se mostrou desatualizado na medida em que não previu a descarga do material que não retornou para o Brasil, por ocasião da desmobilização. Dessa forma, a Seq Patm produziu a justificativa que foi utilizada em todos os TEAM (BRABAT 26, 2017).

Tal justificativa fez referência ao Plano Logístico de Desmobilização e Reversão do Material Empregado no CONTBRAS/Haiti, do COLOG, e ao inventário aprovado pelos Órgãos Gestores de Classes de Suprimento. Além do mais, essa fundamentação foi submetida à Ba Ap Log Ex que aprovou a sua utilização. Portanto, há a necessidade de atualização do RAE com vista ao emprego da tropa em operações futuras (BRABAT 26, 2017).

Outro documento utilizado como referência para o controle patrimonial foi a Diretriz de Controle de Bens Integrados à Missão de Força de Paz, 9 DEZ 15, da Ba Ap Log Ex. Além dos seguintes: Boletim Regional nº 97, 15 DEZ 11; as Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP), 5 JUL 02; o Aditamento 008, ao

Boletim Interno do CCOMGEX, 21 FEV 14; as Instruções Gerais para a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial de Tropas Empregadas em Missões no Exterior (IG 20-20), 3 NOV 11; a Portaria nº 73-EME-RES, 9 OUT 02; as Normas Administrativas Relativas à Manutenção (NARMANT), 6 JAN 17; as Normas Administrativas Relativas ao Material de Comunicações Estratégicas, Eletrônica, Guerra Eletrônica e Informática (NARMCEI), 15 MAR 02; as Instruções de Coordenação das Atividades de Preparo, Emprego e Desmobilização do CONTBRAS na MINUSTAH, 2016/2017, dentre outros. Dessa forma, constatou-se que a maioria desses documentos carecia de atualizações e adaptações coerentes com as peculiaridades das tropas empregadas no exterior (BRABAT 26, 2017).

Outra particularidade observada estava relacionada à realização dos PT daqueles materiais descarregados pelo motivo de não retornarem ao Brasil. Nesse caso, a sugestão da Seç Patm foi de não realizá-los por se tratar de material em boas condições e, portanto, não havia a necessidade de confeccioná-los, por não haver indisponibilidade ou avaria no material que justificasse a sua confecção (BRABAT 26, 2017).

Ademais, o BRABAT foi dividido em 30 (trinta) dependências, cujos respectivos materiais estavam sob a responsabilidade dos detentores diretos/indiretos, nomeados em BI conforme o Art. 136 do RAE. A saber, o batalhão foi constituído pelas seguintes dependências: G1, G2, G3, G4, G6, G9, G10, CLACH, Cia C Ap, Esqd Fuz F Paz, 1ª Cia Fuz F Paz, 2ª Cia Fuz F Paz, Fisc Adm, Seç Fin, Seç Intérpretes, Seç Informática, SEF, Ass Jur, Capelão, Gab Cmt/SCmt, UMN1, Gab Odont, DOPAz, DOP, PE, Pel Sup, Pel Aprov, Pel Eng, Pel Mnt, Pel Com (BRABAT 26, 2017).

Todavia, a maioria dos detentores de carga partiu antes do término da missão, por fazer parte do *main body*. Por conseguinte, a nomeação de novos detentores se fez necessária sob uma configuração diferente da anterior. Desta feita, o BRABAT foi constituído por apenas 7 (sete) dependências equivalentes às classes de material (dependência das Classes II, V, VI, VII, VIII, IX e X), nas quais os novos detentores de carga controlaram o material do *rear party* (BRABAT 26, 2017).

As Equipes de Classe de Material foram idealizadas fruto das demandas da Seç Patm. Para tanto, o Oficial de Patrimônio sugeriu a criação de grupos de militares responsáveis pela confecção dos processos administrativos necessários à desmobilização. Nesse escopo, foram nomeadas as seguintes Equipes de Classe de

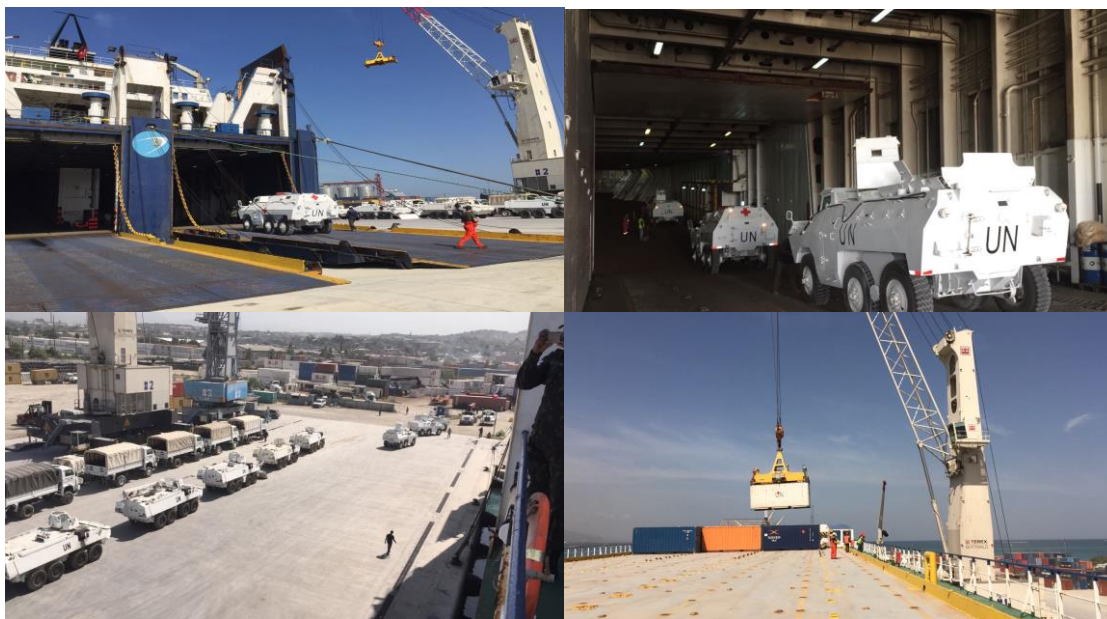
Material: Equipe Classe II, chefiada pelo Cap Daniel Oliveira - Cmt Esqd Fuz F Paz; Equipe Classe V (Armt), chefiada pelo Cap Venturini - Cmt DOPaz; Equipe Classe V (Mun), chefiada pelo Maj Ghussn - Adj G3; Equipe Classe VI, chefiada pelo Maj Vinícius – Cmt DOP; Equipe Classe VII, chefiada pelo Maj Cruz – Adj G6; Equipe Classe VIII, chefiada pela Maj Renata – Ch UMN1; Equipe Classe IX, chefiada pelo Cap Forastieri – Adj G4; e Equipe Classe X, chefiada pelo Maj Jordão – Adj G1. Dessa maneira, a atuação dessas equipes com militares dos diversos setores materializou o engajamento de todo o BRABAT na desmobilização (BRABAT 26, 2017).

Cabe ressaltar que as Equipes de Classe realizaram dois grandes esforços. O primeiro foi a confecção dos grandes TEAM com o intuito de descarregar os materiais que não retornaram para o Brasil. O segundo foi a confecção das Guias de Recolhimento daqueles itens que foram repatriados. Em todas as etapas, a Seç Patm realizou palestras com os envolvidos a fim de padronizar os procedimentos a serem executados pelos integrantes das equipes, contribuindo para o cumprimento dos prazos e para a correta escrituração dos documentos (BRABAT 26, 2017).

O modelo da Guia de Recolhimento (GR) usada pelo CONTBRAS constou na Diretriz de Controle de Bens Integrados à Missão de Força de Paz, da Ba Ap Log Ex. Entretanto, a adaptação foi realizada pelo último contingente. Dessa maneira, as assinaturas do G4 e do Cmt Pel Sup foram substituídas respectivamente pelas assinaturas do Of Patm e dos detentores de carga. Ainda, foram acrescentadas as assinaturas de um dos integrantes das Equipes de Classe de Material, do responsável pelo transporte e pelo recebimento do material no Brasil (BRABAT 26, 2017).

Outrossim, as informações constantes das GR foram retiradas do SISCOFIS do BRABAT. Nesse sentido, cada GR tinha um número que correspondia ao número da case, para qual foram geradas 3 (três) cópias. Dessa forma, uma cópia foi colocada dentro da case junto ao material, outra cópia da guia foi afixada na lateral da case e a original foi centralizada na Seç Patm para posterior envio à Ba Ap Log Ex (BRABAT 26, 2017).

Figura 07 - Haiti - mosaico de fotos do embarque do material do BRABAT e BRAENGCOY em navio contratado pela ONU para repatriação para o Brasil por ocasião do término da MINUSTAH.



Fonte: BRABAT 26, 2017.

2.3.3.3 A produção de conhecimento de vanguarda sobre Operação de Desmobilização para as Forças Armadas brasileiras

A fim de gerar conhecimento sobre Operações de Desmobilização para as Forças Armadas brasileiras, os seguintes países foram pesquisados: os EUA, o Uruguai, o Chile e a Argentina.

No caso americano durante as operações no Afeganistão, a tônica utilizada em relação ao material militar foi destruir na área de operações por conta de fatores como: a obsolescência, a carestia da repatriação sob análise do custo-benefício, os entraves burocráticos e a desconfiança dos americanos na hipótese de doação ao governo local. (FORÇAS TERRESTRES, 2013. Disponível em: <http://www.forte.jor.br/2013/06/21/eua-destroem-equipamentos-militares-estimados-em-us-7-bi-no-afeganistao/>, acessado em 3 AGO 18).

Já no caso dos sul-americanos Uruguai, Chile e Argentina durante a participação na MINUSTAH, prevaleceu a repatriação de todo o material de emprego militar. Cabe ressaltar que o Chile utilizou a sua própria Marinha para a reversão de todo o seu material, projetando poder ao demonstrar essa capacidade. Numa perspectiva comparativa no entorno estratégico do cone sul, em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa,

consubstanciada pelo Livro Branco de Defesa Nacional, o Brasil foi capaz de demonstrar relevo no cenário internacional por ocasião da participação na MINUSTAH. Foi possível criar uma imagem de Brasil grande e forte por meio dos meios militares desdobrados no Haiti.

Figura 08 - Haiti - embarque do material do BRABAT e BRAENGCOY em navio contratado pela ONU para repatriação para o Brasil por ocasião do término da MINUSTAH.



Fonte: o autor, 2017.

2.4 A INTERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA COM ATORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DURANTE A MINUSTAH

Nesta Seção do trabalho, serão tratados aspectos do complexo ambiente da MINUSTAH, caracterizado pela interação de atores nacionais e internacionais.

2.4.1 As Forças Armadas brasileira na MINUSTAH e sua interação com atores nacionais

A necessária interação entre as Forças Armadas do Brasil e os agentes nacionais brasileiros, estatais ou não, durante a participação na MINUSTAH

representou um desafio para as instituições militares. Essa interação criou o ambiente para a aproximação nos níveis tático, estratégico e político.

Nesse contexto, notadamente os comandantes do BRABAT e da BRAENGCOY, bem como os integrantes do Estado-Maior dessas Organizações Militares (OM) tiveram que interagir com atores nacionais, tais como: o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça por meio da Receita Federal, a Embaixada brasileira no Haiti, a Marinha do Brasil, a Força Aérea Brasileira, além dos Órgãos Gestores do material do Exército Brasileiro (EB) como o Estado-Maior do Exército (EME), o Comando Logístico (COLOG), o Comando de Operações Terrestres (COTER), o Departamento de Ciências e Tecnologia (DCT), o Departamento Geral do Pessoal (DGP), o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), dentre outros.

Esses contatos foram estabelecidos de maneira periódica ou de forma intempestiva. Para tanto, havia uma videoconferência semanal entre integrantes das OM F Paz e os seguintes atores nacionais brasileiros: o Ministério da Defesa, coordenador da reunião; o COTER; o COLOG; a Ba Ap Log Ex; o Comando de Operações Navais (ComOpNav) e integrantes da Força Aérea. Já as videoconferências ativadas de maneira intempestiva ocorreram com mais frequência por ocasião da desmobilização.

Nesse contexto, óbices observados no processo de repatriação do material foram analisados a fim de se chegar a uma melhor solução. Por exemplo, a entrada no Brasil de material carga cujo processo de exportação temporária não existia foi autorizada por meio de acordo estabelecido com a Receita Federal brasileira. Esse acordo consolidado na Portaria 16, de 24 de fevereiro de 2017, do Coordenador-Geral de Administração Aduaneira, estabeleceu a entrega antecipada de bens da União destinados ao emprego militar e apoio logístico as tropas brasileiras designadas para integrar a força de paz internacional. Portanto, por conta da relação estabelecida inicialmente por integrantes das OM F Paz, o material previsto para retornar ao Brasil por fim de missão não foi retido no porto para inspeção pela Receita Federal, agilizando o desembarço e distribuição desse material nas OM de destino.

Já a boa relação estabelecida com o cônsul brasileiro no Haiti favoreceu a resolução envolvendo a repatriação de viatura Patrol. Esta viatura foi designada pelo Órgão Gestor de não retornar ao Brasil. Como não havia a possibilidade de doá-la

ao governo haitiano, a solução foi entregá-la ao cônsul do Brasil para que utilizasse a Patrol em atividades oficiais.

Outro exemplo foi o acordo estabelecido com a Venezuela para autorizar aeronave militar brasileira sobrevoar o espaço aéreo daquele país transportando munição e armamento. Dessa maneira, por meio do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil poderia transportar material bélico destinado ao Haiti utilizando o espaço aéreo venezuelano, bastando enviar um *check list* discriminando esse material com antecedência de 30 dias. Esse trajeto encurtava as distâncias, agilizando o apoio logístico ao Contingente Brasileiro no Haiti.

Outra amostra de interação das FFAA com o Ministério da Defesa foi a porcentagem de cabos e soldados comparados a porcentagem de oficiais e sargentos. De acordo com o *Force Commander* Gen Ajax, no último contingente brasileiro o BRABAT 26 tinha cerca de 70% de oficiais e sargentos e 30% de cabos e soldados. Entretanto, a porcentagem prevista no Memorando de Entendimento era de 52% de oficiais e sargentos e 48% de cabos e soldados. Dessa forma, essa diferença na proporção dos efetivos demonstra que houve interação entre as FFAA e o Ministério da Defesa ao se admitir mais oficiais e sargentos do que cabos e soldados.

Ainda segundo o Gen Ajax, deveria haver uma negociação entre o Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira para o transporte de tropa caso o Brasil viesse a participar da missão na República Centro Africana (RCA). Para tanto, a FAB receberia do MD a missão de transportar a tropa do continente africano para o Brasil por ocasião do descanso dos militares. Esse fato garantiria que todos os militares, principalmente os cabos e soldados, tivessem a oportunidade de vir ao Brasil durante o *leave*, contribuindo para a possibilidade de aumento na permanência na missão de 6 (seis) para 9 (nove) meses ou até 1 (um) ano.

O aumento na permanência da tropa na missão possibilitaria a economia dos meios aéreos brasileiros. Isso porque o Memorando de Entendimento garante o rodízio de tropa no período de 1 (um) ano. Então neste período, a FAB não precisaria ser empregada para realizar a troca de contingentes, sendo da ONU esta responsabilidade (PINHEIRO, 2017).

Dessa forma, foi possível observar que a aproximação estabelecida entre os integrantes das OM F Paz e os atores nacionais brasileiros favoreceu a inter-relação

nos níveis tático, estratégico e político, sendo fundamental para o bom andamento das missões.

2.4.2 As Forças Armadas brasileira na MINUSTAH e a sua interação com atores internacionais

Já a necessária interação das Forças Armadas brasileira com atores internacionais demonstrou a importância da ação de comando em todos os níveis das tropas empregadas no exterior. Essa importância foi materializada pela percepção de todos os militares brasileiros de que a imagem que ele projetava no ambiente ONU não estava restrita unicamente a sua imagem, mas também, e principalmente, a imagem do seu país.

Nesse contexto, a interação das Forças Armadas brasileiras ocorreu com integrantes do *staff* da MINUSTAH, com o governo haitiano, com a polícia da ONU (UN Pol), com países integrantes da MINUSTAH, dentre outros. O legado advindo desse convívio costuma criar uma expertise singular somente nas Forças Armadas em contato direto com atores internacionais. Ademais, esse contato tem o poder de influenciar os militares envolvidos nesse processo, incorporando características desejadas nos integrantes de instituições militares que almejam cada vez mais participação no cenário internacional (PINHEIRO, 2017).

Dentre essas características, o domínio do idioma representou um fator de sucesso. Para tanto, a capacidade de militares de se comunicar no idioma *creole*, largamente utilizado no Haiti, facilitou o desenrolar das operações, notadamente as de inteligência e as operações interagências com a participação da polícia haitiana. Já o domínio do idioma inglês, língua oficial da ONU, possibilitou a interação das OM F Paz brasileiras com a MINUSTAH. Portanto, as missões de paz contribuem para capacitar militares brasileiros no uso do idioma estrangeiro, habilidade de relevância para as FFAA aptas para a participação em operações internacionais (PINHEIRO, 2017).

Outra atividade do CONTBRAS envolvendo ator internacional era a inspeção realizada pela equipe da Unidade de Equipamentos de Propriedade dos Contingentes da MINUSTAH. Essa inspeção era realizada duas vezes ao ano, quando eram vistoriados materiais de grande porte e de uso coletivo, como

contêineres, geradores e viaturas, além do equipamento considerado de autossuficiência e de uso individual, como os armamentos.

Assim, se a disponibilidade do material inspecionado alcançasse 100%, significaria que o governo brasileiro teria o ressarcimento integral do valor correspondente ao material empregado, de acordo com o Memorando de Entendimento que regulava a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Dessa forma, o nível de disponibilidade do material, além de representar poder de combate das OM F Paz, representava economia para os cofres brasileiros.

Nesse contexto, em reunião realizada entre integrantes do CONTBRAS e o *staff* da MINUSTAH, o General Ajax Porto Pinheiro, último *Force Commander*, reforçou que o CONTBRAS sempre se destacou pelo esmero em conduzir suas tarefas, particularmente nas atividades de inspeção do material da ONU. Ainda, ressaltou que a logística não deve ser terceirizada no campo de batalha, sob pena de reduzir o poder de combate, citando o exemplo da campanha americana no Afeganistão que foi prejudicada pela falta de suprimento a cargo de civis contratados (PINHEIRO, 2017).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

3.1.1 Métodos de pesquisa

Em termos metodológicos, a configuração deste trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa qualitativa baseada na experiência adquirida pelo autor no desempenho da função de Oficial de Patrimônio dos dois últimos BRABAT, bem como pelo esforço de busca em relatórios produzidos por ocasião do fim da missão no Haiti.

Problema: Como se estabeleceu a relação entre a participação militar brasileira no Haiti e a inserção do país no cenário mundial?

Objetivo geral: Analisar a relação entre a participação militar brasileira no Haiti e a inserção do Brasil no cenário internacional.

Objetivos específicos:

- 1) Analisar a inserção do Brasil no atual cenário internacional;
- 2) Analisar o histórico da participação militar brasileira no Haiti;
- 3) Analisar a participação do Brasil em operações internacionais;
- 4) Analisar a interação das Forças Armadas brasileiras com atores nacionais e internacionais.

Cabe destacar que cada objetivo específico está encadeado com o próximo, até o final da pesquisa. Já para atingir cada objetivo específico acima descrito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas fontes de consulta, já que há necessidade de sólida fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos correlatos às Ciências Militares, Política Externa e Relações Internacionais disponíveis em livros, manuais, teses, dissertações, publicações e artigos de acesso livre ao público em geral. A pesquisa foi realizada também em documentos e trabalhos internos do Exército.

3.1.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Para tanto, livros, revistas, manuais, internet, trabalhos e artigos científicos foram explorados, particularmente nos assuntos relacionados às Relações Internacionais, Política Externa Brasileira, Operações Internacionais, participação militar brasileira no Haiti.

Ademais, documentos internos e específicos das FFAA foram também utilizados, principalmente com ênfase na produção realizada por conta do fim da MINUSTAH. Essa atitude visa ao enriquecimento do trabalho e a busca de possíveis contribuições para as instituições militares.

As conclusões decorrentes da pesquisa estabeleceram a relação visualizada entre a participação militar no Haiti e sua influência na inserção do Brasil no cenário mundial.

4 CONCLUSÃO

A participação militar brasileira no Haiti produziu reflexos na inserção do Brasil no cenário internacional. Essa inserção pode ser analisada tanto regionalmente quanto no cenário mundial.

Regionalmente, sob o enfoque do entorno estratégico brasileiro nominado na Estratégia Nacional de Defesa (END), publicada no final de 2008, o Brasil estreitou os laços com os países vizinhos por conta na participação na MINUSTAH. Por exemplo, a fim de prover o suprimento às OM F Paz, utilizando a FAB, foi acordado que o Brasil deveria informar o tipo de material bélico que sobrevoaria o espaço aéreo venezuelano. Dessa forma, com trinta dias de antecedência o governo enviava ao governo da Venezuela o sobrevoos contendo o material bélico, notadamente munição, contribuindo para que, por conta da MINUSTAH, fosse estabelecida uma relação de confiança entre esses dois países sul-americanos.

Ademais, por ocasião do término da MINUSTAH, países que se retiravam do Haiti tiveram a segurança das suas instalações, bem como a segurança para o traslado para o aeroporto, proporcionada pelo contingente brasileiro. Essa atitude demonstrou a confiança na eficácia das ações desempenhadas pelas Forças Armadas brasileira no Haiti.

A maneira peculiar brasileira de empreender as suas ações militares no Haiti ficou evidente nesses 13 anos de missão. O “*soft power*” do CONTBRAS representou importante propaganda para a imagem positiva do país perante a ONU. Essa capacidade demonstrada pelas Forças Armadas certamente se apresentou como um dos fatores para que o Brasil participe de outras missões internacionais, particularmente no continente africano.

Da breve exposição acima, infere-se que a MINUSTAH proporcionou aos representantes militares brasileiros no Haiti o emprego de ações que contribuíram para a multilateralidade, alinhada com a Política Externa Brasileira.

Outrossim, com o intuito de proporcionar as melhores condições para o emprego das OM F Paz, os recursos destinados se caracterizaram pela constância no fluxo e pela adequabilidade das necessidades, favorecendo a projeção de um país forte por conta dos meios disponibilizados tanto para o BRABAT quanto para a Companhia de Engenharia Brasileira (BRAENGCOY).

Outro ponto que contribuiu para internacionalização das suas Forças Armadas, e conseqüentemente para o Brasil, foi a necessária inter-relação e complementariedade entre os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. Portanto, em prol de uma política de Estado, a agenda desses dois ministérios, por vezes, coincidia quando o assunto era a participação brasileira no Haiti, explicitado pela presença do chanceler Aluísio Nunes e do ministro da Defesa Raul Jungmann, por ocasião da formatura de término da MINUSTAH, denominada de *Close Ceremony*, ocorrida em 31 de agosto de 2017.

Assim, o desempenho brasileiro por meio de suas Forças Armadas durante esses mais de 13 anos no Haiti se tornou paradigmático para a ONU, pois o Contingente Brasileiro no Haiti conseguiu realizar as suas operações sem com que houvesse danos colaterais. Portanto, o emprego de cerca de 30 mil homens em uma missão complexa sem casos de abuso sexual ou histórico de agressão ao meio ambiente contribuiu para que a participação no Haiti fosse considerada um caso de sucesso e favoreceu a inserção do Brasil no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Francisco de Assis Costa. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**: uma forma de incrementar a Política Externa Brasileira. Dissertação de Mestrado apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2012. 190 f.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Artigo, Revista Brasileira de Política Internacional, 52 (2): 173-191. Brasília, 2009.

ALVES, Harley. **A Segurança Coletiva e a Transformação do Setor de Defesa Nacional**: necessidades e oportunidades de uma estratégia de participação. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar. Rio de Janeiro, 2012. 61 f. :il.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Moutinho. **A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, 2013.

Base de Apoio Logístico do Exército. **Diretriz de Controle de Bens Integrados a Missão de Força de Paz**. 2015. 31p.

BERTONHA, João Fábio. **Canadá e Estados Unidos, Brasil e e Argentina**: reflexões sobre relações assimétricas no norte e no sul das Américas. Interfaces Brasil / Canadá. V. 13, n. 16. Canoas, 2013

BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. Manual do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Rio de Janeiro: ECEME. Rio de Janeiro, 2005. 104 p.

BOUSQUET, Antoine e CURTIS, Simon. **Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations**. 2011, Cambridge Review of International Affairs, 2011. 24: 1, 43 — 62

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. 1. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 160 p. ISBN 978-85-224-3697-2.

BRABAT. **Ordem de Serviço Nr06-G4, de 2 de maio de 2017**. 2017. 17p.

_____. **Revista BRABAT 26**. 2017. 58p.

Câmara dos Deputados. **Lei 8.666, 21 de junho de 1993**. 53p.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. ISBN: 978-85-7631-375-5

CERVO, Amado Luiz. **A ascensão do Brasil no cenário internacional: o Brasil e o mundo**. Artigo, Revista Brasileira de Política Internacional, edição especial, 52 (2): 7-32. Brasília, 2010.

COLOG. **Plano Logístico de Desmobilização e Reversão do Material Empregado no CONTBRAS/HAITI**. 2017.

Contingente Brasileiro em Angola. **Relatório Final de Missão de Angola**. Angola, 1997.

Contingente Brasileiro em Suez. **Relatório Final de Missão de Suez**. Suez, 1967.

Department of Field Support, ONU. **Liquidation Manual**. 2012. 108p.

Estado-Maior do Exército (EME). **Portaria Nr 175-EME, de 24 de abril de 2017**. 2017. 13p.

European Commission, Directorate General for Energy and Transport. **European best practice Guidelines on cargo securing for road transport**. 2002. 208p.

Exército Brasileiro. **Boletim do Exército Nr 17/2017, de 28 de abril de 2017**. 2017. 118p

_____. **Caderno de Instrução Reversão em Operações de Paz (EB40-CI-10.550), 1ª Edição, 2018**.

_____. **Manual de campanha Logística (EB20-MC-10.204)**. 3ª Edição. 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre 2017-2018 (PDDMT 2017/2018)**.

_____. **Regulamento de Administração do Exército (RAE)**.

FERREIRA, Sylvio de Souza. **O emprego de forças mecanizadas brasileiras em operações internacionais e sua influencia na inserção do Brasil no cenário mundial**. 2014. 52p.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas**. Instituto Rio Branco / FUNAG. Brasília, 2005.

Forças Terrestres. **EUA destroem equipamentos militares estimados em U\$ 7 Bi no Afeganistão**. Artigo disponível em: <http://www.forte.jor.br/2013/06/21/eua-destroem-equipamentos-militares-estimados-em-us-7-bi-no-afeganistao/>, acessado em 3 AGO 18). 2013.

General Assembly, ONU. **COE Manual**. 2015. 247p.

GOES, Bruno. **Brasil desiste de participar de missão de paz na República Centro-Africana**. Artigo publicado no jornal O GLOBO. 9 de abril de 2018/20h55.

GOES, Fernanda Lira e RAMALHO, Antônio Jorge Rocha. **Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU**: implicações para a política externa brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional. Nr 2 Abr-Jun 2010, IPEA, Brasília.

GOMES, Maíra Siman. **A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção de self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. Tese de doutorado da Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014. 271p.

HERZ, Monica. **Concepts of Security in South America, Internacional Peacekeeping**. Artigo. 2010. 17p.

IANDOLI, Rafael. **Por que o mundo quer reformar o Conselho de Segurança da ONU?** Nexo. 24 de setembro de 2016/10h54.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros**. Livro. 2010. 396p.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Livro. 2015. 427p.

Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**.

_____. **Instrução de coordenação das atividades de preparo, emprego e desmobilização do CONTBRAS na MINUSTAH (ICAPED)**. 2017. 31p.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2016. 186p

_____. **Manual de Doutrina de Logística Militar**.

_____. **Manual de Operações de Manutenção da Paz (C95-1)**.

_____. **Manual de Operações de Paz (MD34.M.02)**.

_____. **Plano de desmobilização do contingente brasileiro de força de paz no Haiti**. 2017. 9p

_____. **Política Nacional de Defesa**.

_____. **Portaria Ministerial Nr 03/MD**. 2017. 2p.

MINUSTAH, ONU. **Contingent-Owned Equipment**. 2014. 247p.

_____. **Environmental Guidelines to conduct closure of MINUSTAH sites**. 2015. 3p.

_____. **Memorandum of Understanding (MOU) between Brazil and ONU**. 2016. 62p.

MIRAILLET e VIJAY. **O Brasil em missões de paz da ONU - a cobra ainda está fumando**. 15 de novembro de 2017/02h00.

NEVES e DOMINGUES. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2007. 203p.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Diplomacia pública e soft Power**. Artigo, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 616, Public Diplomacy in a Changing World, pp. 94-109. 2008.

ONU. **FRAGO/024/U4/2017**. 2017

PACHECO, Fábio Cordeiro. **O Brasil na MINUSTAH e seu aumento de projeção no cone sul**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como requisito para a obtenção do diploma de Mestre em Ciências Militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. 39 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. *Rev. bras. polít. int.*, vol.51, n.2, pp. 136-156. ISSN 0034-7329. Brasília, 2008.

PINHEIRO, Ajax Porto. **Reunião de coordenação da reversão do material do CONTBRAS**. Porto Príncipe, 2017.

TREVISAN, Cláudia. **O Brasil enviará mil soldados a missão na República Centro-Africana**. Artigo do jornal *o Estadão*. 17 de novembro de 2017/00h10.